

PARCERIA ENTRE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DA SALA DE RECURSOS NA INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Rita de Cássia Gomes de Oliveira Almeida.

E. M. “Prof. Ephraim Ribeiro dos Santos” - Secretaria Municipal da Educação de Rio Claro (SP).

RESUMO

Crianças com mais de dois anos de idade já começam a ser independentes para o deslocamento espacial pela marcha e mesmo pela corrida. Mas, ainda, em diversas atividades, elas podem ser dependentes de adultos para fazerem atividades como se trocar ou informar a respeito de suas vidas. A dependência à determinadas atividades não é exclusiva à crianças, sendo também presente a adultos, como, para consertar um objeto pessoal ou educar o seu próprio filho. Assim, dependência à realização de atividades não é uma exclusividade de crianças público-alvo da educação especial, com uma criança com encefalopatia crônica, por exemplo. A pessoa que não pode andar precisa da cadeira de rodas para se deslocar, muitas vezes, mas uma pessoa que possui a marcha e que precisa chegar rápido a um determinado local também precisa da ajuda de um meio de transporte para seu deslocamento. A escola é o ambiente social encarregado da escolarização de crianças, adolescentes, jovens e até mesmo adultos. Com isso, espera-se deste ambiente ainda, um processo educacional íntegro e eficaz quanto à formação do cidadão por completo. Mesmo que uma pessoa apresente alguma diferença marcante em relação a seus pares, ela deve estar inclusa neste processo e cabe aos profissionais da educação a eficiência em sua atividade profissional. Este relato de experiência tem o objetivo de apresentar as atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física de uma turma de Maternal II que possui uma aluna público-alvo da educação especial. Espera-se com esta apresentação promover a maior discussão da necessidade de que todos os alunos sejam inclusos no processo educacional e de que todos os educandos possuem facilidades ou dificuldades em suas vidas. Foi apresentado um estudo de caso com uma aluna com deficiência física - encefalopatia crônica não progressiva da infância. No período em que a aluna esteve na escola, foram realizadas, pelos professores de Educação Física e do AEE, atividades de estimulação para melhorar o desempenho no seu processo de escolarização. A aluna teve um início difícil de adaptação no Maternal II, mas do mesmo modo outras crianças também demoraram em se adaptar ao ambiente escolar mesmo não sendo alunos público-alvo da educação especial. Passado o processo inicial de ambientação, a aluna teve um bom progresso de desenvolvimento e de assimilação das atividades. Considera-se que a apresentação deste relato de experiência será muito importante para outros profissionais da área educacional e mesmo aos pais de alunos público-alvo da educação especial. Espera-se que a discriminação de crianças seja extinta da área educacional e, porque não, do ambiente social e familiar. Naturalmente, crianças choram e logo aprendem a sorrir. Uma criança com deficiência física não é diferente neste caso, ela aprende a sorrir e seus sorrisos são tão expressivos que merecem ser divulgados.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado, Educação Física, Parceria.

INTRODUÇÃO

Uma pessoa que nasce com alguma lesão, síndrome ou doença habitualmente terá muitas dificuldades ao longo de sua vida; todavia, algumas das dificuldades serão as mesmas de uma pessoa sem lesão, síndrome ou doença. De qualquer forma, a ausência de conhecimento científico e a falta de estrutura institucional, historicamente, levava um bebê, com alguma diferença marcante em relação aos ditos normais, à segregação do convívio social, quando não era assassinado. Todavia, no decorrer do processo histórico social, ocorreu a democratização do ensino, mas infelizmente aquelas pessoas que não atendiam aos padrões da normalidade impostas pela sociedade excludente, continuavam sofrendo discriminações no seu processo de ensino.

Legislações passaram a garantir o direito de todos à educação e à saúde, por exemplo, pela própria Constituição Federal (BRASIL, 1988), e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB; BRASIL, 2013). Dentre as legislações um marco na garantia dos direitos da pessoa com deficiência à escolarização foram as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), a qual garantiu o acesso ao ensino regular, aos conteúdos, à permanência e ao atendimento educacional especializado (BRASIL, 2008). Ainda, a Declaração de Helsinque formulada em 1964 e revisada pela sétima vez na Coreia do Sul em outubro de 2008 (ASSOCIAÇÃO, 2008) analisada e seguida também pelo Brasil (BRASIL, 1994) determina ações éticas e de responsabilidade profissional nas relações humanas em geral.

Dessa forma, fica evidente que a sociedade deve, constantemente, se mobilizar a fim de oferecer oportunidades de participação dessas pessoas nos contextos em que estão inseridas, além de eliminar quaisquer características excludentes que sejam percebidas. Dentro desse contexto, a escola não está isenta de seu papel enquanto um dos meios para o desenvolvimento das crianças sejam elas com deficiência ou não. Sabemos, no entanto, que trabalhar com crianças com deficiência é um desafio muito grande, pois exige que o professor conheça as habilidades, potencialidades e necessidades desse aluno e planeje atividades desafiadoras para o nível de desenvolvimento em que ela se encontra. Dentre os alunos público-alvo da educação especial, alunos com deficiência física encontram muita dificuldade no seu processo de escolarização (BRASIL, 2008). As barreiras estão nas estruturas físicas do ambiente escolar devido às características motoras para o desenvolvimento das atividades escolares, no acesso ao currículo e aos materiais a serem utilizados no processo de ensino.

Especificamente, nesse caso, tratarei do indivíduo com deficiência física. Considera-se como deficiência física a pessoa que apresenta: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004, Decreto 5296/2004, Lei 3298/99). Sendo assim, uma pessoa com deficiência física possui principalmente comprometimento motor, influenciando no seu desempenho funcional, que pode variar conforme os tipos e graus de acometimentos. O indivíduo com deficiência física também pode apresentar associado ao seu comprometimento motor: dificuldades de linguagem, dificuldades visuais, dependência para atividades diárias entre outros.

A experiência aqui relatada mostra as contribuições que a parceria entre o professor da sala de recursos – AEE (Atendimento Educacional Especializado) – com o do ensino regular, neste caso na área da Educação Física, causaram no desenvolvimento de uma criança com encefalopatia crônica, regularmente matriculada na educação infantil na rede municipal de ensino de Rio Claro (SP). A encefalopatia crônica não progressiva da infância ou paralisia cerebral como muitos chamam, é uma lesão ocorrida no período pré, peri ou pós natal que afeta o sistema nervoso central em fase de maturação estrutural e funcional (WINNICK, 1990). Para termos de fato uma efetiva inclusão é preciso que todos os professores, no caso deste estudo, professor de educação física e professora da sala de recursos, atuem de forma colaborativa, compartilhando conhecimentos, práticas, buscando maneiras de atenderem suprindo às especificidades do aluno com deficiência (Mendes, 2006).

Objetiva-se com este trabalho apresentar um relato de experiências das atividades desenvolvidas nas aulas de educação física de uma turma de Maternal II que possui uma aluna público-alvo da educação especial. Espera-se com esta apresentação promover a maior discussão da necessidade de que todos os alunos sejam inclusos no processo educacional e de que todos os educandos possuem facilidades ou dificuldades em suas vidas.

MÉTOD

Este Relato de Experiência foi elaborado tomando por base as atividades desenvolvidas por dois professores de uma unidade escolar da rede regular de ensino da cidade de Rio Claro (SP), sendo um professor de Educação Física e uma professora do Atendimento Educacional Especializado. Uma aluna foi selecionada para este estudo, sendo que esta possui deficiência física - encefalopatia crônica não progressiva da infância. Para este trabalho, o responsável pela criança assinou um Termo de autorização do uso de imagens. A escola, na qual a aluna frequenta é uma escola pública gratuita municipal que atende crianças na fase Maternal II, Infantil I e Infantil II, sendo crianças da faixa etária de três, quatro e cinco anos de idade, respectivamente.

A aluna foco deste trabalho possui três anos de idade e frequenta o Maternal II no período da tarde. Iniciou o processo de escolarização na referida unidade de ensino este ano. A criança apresenta encefalopatia crônica, possui muitas limitações funcionais. Faz uso de cadeira de rodas. Sua comunicação é pela expressão facial e gestualidades.

Como a menina é aluna público-alvo da educação especial, possui o direito de ter uma monitora acompanhando-a em todas as suas atividades escolares, seja em sala de aula seja fora dela, nas atividades nos parques, tanque de areia e na Educação Física. Este trabalho apresenta informações a respeito das atividades desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncional e nas aulas de Educação Física.

Na rede de ensino à qual a aluna pertence, as aulas de Educação Física são realizadas três vezes por semana com duração de 50 minutos cada e os atendimentos educacionais especializados são realizados semanalmente com a duração de 50 minutos, podendo sofrer alterações conforme a necessidade da criança. Nas aulas de Educação Física, a aluna foi considerada como parte integrante da turma, com isso, algumas atividades a serem realizadas pela turma foram modificadas da usualidade para que suas limitações não a impedisse de realizar a aula integral perante os seus pares. Considerando, que em alguns momentos a aluna do Maternal II não poderia realmente participar efetivamente das atividades, mas que receberia, nesses casos, uma atenção especial após a conclusão da atividade que seus colegas realizaram e ela não pôde

realizar. A informação será apresentada em tópicos e, para isso, será relatado um estudo de caso.

RESULTADOS

Estudo de Caso

A aluna do Maternal II faz uso de cadeira de rodas e está nesta condição há seis meses, possui encefalopatia crônica não progressiva da infância (ECNPI), apresenta distonia com movimentos involuntários lentos e contorcidos e coreoatetose. Os seus movimentos de pernas e braços são involuntários e não controlados, sendo os movimentos dos grandes grupos musculares lentos com movimentos atetóide.

No início do ano letivo, houve duas reuniões com a equipe multidisciplinar que atende a criança em uma instituição de atendimento especializado à habilitação infantil para as devidas orientações dos profissionais da escola que atuam diretamente com ela. Na primeira reunião, realizada na escola, estiveram presentes: a terapeuta ocupacional, a fisioterapeuta, a fonoaudióloga, a pedagoga, a professora da sala comum, o professor de educação física, a professora da sala de recursos, a monitora da aluna e a coordenadora da escola. A segunda reunião fora realizada no centro especializado. Nestas reuniões, foram levantados pontos a serem trabalhados na criança para seu melhor desenvolvimento sendo recomendado enfatizar a estimulação sensorial, o posicionamento e controle corporal.

Desde o início do ano letivo de 2014, foram realizadas, pelos professores de Educação Física e da Sala de Recursos Multifuncional, atividades de estimulação para melhorar o desempenho no seu processo de escolarização. No início do ano, em seu processo de adaptação escolar e nos atendimentos realizados semanalmente na Sala de Recursos Multifuncional ela chorou bastante, porém com o decorrer dos dias a criança foi adquirindo confiança e esse trabalho tornou-se possível.

A ênfase dada à aluna nas aulas foi de modo a estimular os órgãos de sentido para que ela pudesse receber as informações necessárias ao seu crescimento, com maior destaque à visão, à audição, ao tato e à propriocepção. Ainda, a marcha vem sendo estimulada em quase todas as aulas, apesar de que, a expectativa, em geral, é que ela não conseguirá adquirir a marcha independente. Em todos os momentos de intervenção, mesmo durante a estimulação da marcha, é impressionante a alegria demonstrada pela aluna. O sorriso dela contagia a todos os que estão ao seu redor – fato extremamente interessante, pois há tão pouco tempo, o choro parecia infundável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui relatado vem sendo realizado desde o início de 2014 e continuará no decorrer de todo ano letivo. Diante das atividades desenvolvidas, das reuniões realizadas e das conversas entre os professores já mencionados, conclui-se que para a melhoria da educação inclusiva, propostas de inovação se fazem presentes e são necessárias especialmente no que se refere ao trabalho colaborativo por meio de uma parceria com todos os professores. Essa parceria visa compartilhar diferentes conhecimentos capazes de elaborar novas estratégias de ensino ou promover aspectos referentes à qualidade da aprendizagem com o aluno público-alvo da educação especial.

Considera-se que a apresentação deste relato de experiência será viável e estimulante, devido aos professores do ensino regular se empenharem e refletirem sobre as práticas propostas para estes alunos público-alvo da educação especial que, muitas

vezes, são deixados de lado ou utilizados pejorativamente como cone, poste ou cabide de materiais como bolsa ou blusa em uma falsa concepção de responsabilidade do professor. É muito fácil fazer uma criança sorrir e, naturalmente, uma criança com encefalopatia crônica também demonstra sua satisfação através do sorriso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO Médica Mundial. **Declaração de Helsinque**. 7ª revisão. 2008. 05p. Disponível em: <http://www.wma.net/en/30publications/10policies/b3/>. Acesso em Julho de 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, D.F: Senado, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação**: sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica**. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Decreto Nº 5296 de 02 de dezembro de 2004**. Brasília. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 30 mar. de 2014.

BRASIL. **Decreto Nº 6.571/2008** – Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 30 mar. 2014.

BRASIL, 2008. **Política nacional de educação na perspectiva da educação inclusiva**. Disponível em: <<http://unimontes.br/arquivos/nusi/politicaeducacional.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2014.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, dez., p. 387 – 559, 2006.

WINNICK, J. P. **Adapted Physical Education and Sport**. Champaign: Human Kinetics, 1990.